

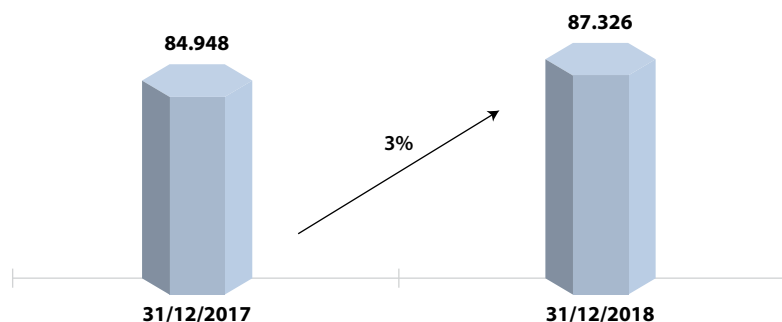
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício 2018. A Administração informa adicionalmente que os auditores independentes não prestaram nenhum outro serviço além da auditoria externa.

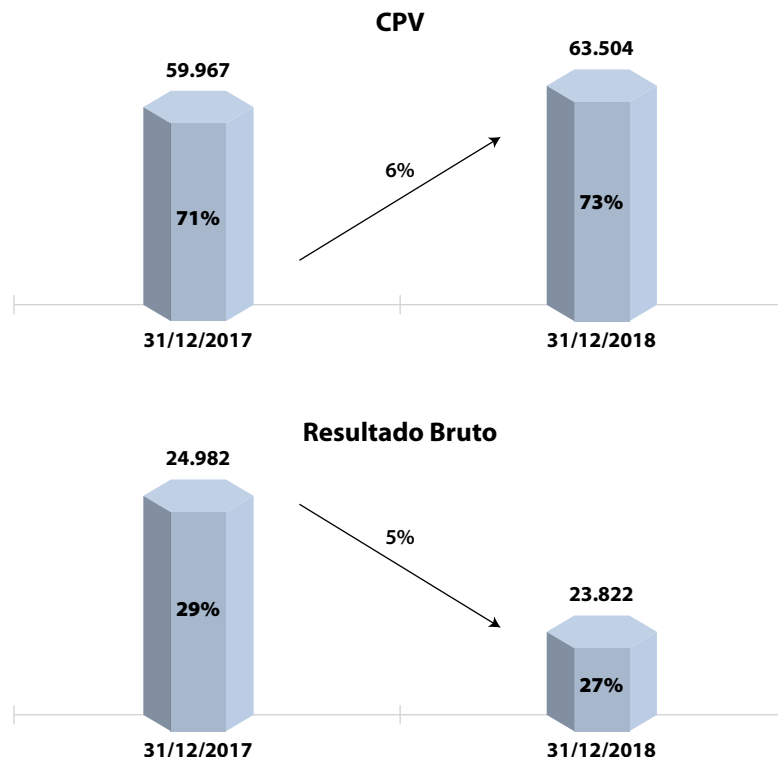
Desempenho Econômico Financeiro:

Descrição da Conta	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2018
Receita Operacional Líquida	84.949	87.326
Custo dos Produtos Vendidos	(59.967)	(63.504)
Resultado Bruto	24.982	23.822
Margem Bruta	29%	27%
(Despesas) Receitas Operacionais	145.807	(9.942)
Com vendas	(11.266)	(11.521)
Gerais e administrativas	(11.658)	(11.563)
Outras receitas operacionais	199.960	13.188
Outras despesas operacionais	(31.229)	(46)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	170.789	13.881
Resultado Financeiro Líquido	(73.942)	(25.185)
Receitas financeiras	576	480
Despesas financeiras	(74.518)	(25.665)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	96.847	(11.304)
IR e CSLL Sobre o Lucro	(131)	(138)
Resultado Líquido do Exercício	96.717	(11.442)

Receita Líquida: No ano de 2018 a receita líquida totalizou R\$ 87,3 milhões, superior em 3 pp aos R\$ 84,9 milhões do ano anterior, crescimento abaixo da expectativa para o ano. Embora o volume de vendas tenha sido superior ao ano de 2017, os preços praticados foram inferiores.



CPV e Resultado Bruto: O CPV cresceu de 71% para 73% da ROL, e portanto a Margem Bruta reduziu em dois pontos percentuais. Embora a ocupação da capacidade produtiva tenha sido superior ao ano anterior, e com isso houve ganho de produtividade a diluição de custos fixos, não foi possível repassar aos preços de vendas os aumentos de custos das matérias primas, energia elétrica, folha de pagamento e demais insumos.



Perspectivas para o ano de 2019: Conforme já amplamente divulgado e também explicado com detalhes nas Notas Explicativas a que compõem as presentes demonstrações, a administração da Companhia ajuizou, em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE"). O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa e não envolve fornecedores e funcionários. Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no Plano de RE. As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente. Há também para este ano o desafio de manter regulares os Parcelamentos Tributários, o que até o momento vem acontecendo. O mercado dá sinais de recuperação para o ano, e a Administração está confiante que com a homologação de PRE e as demais medidas tomadas para melhorar o nível de faturamento e resultado, o resultado do ano de 2019 será melhor que o dos anos anteriores.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
CIRCULANTE		50.783	49.065	50.538	48.783	CIRCULANTE		340.061	332.507	340.079	332.520
Caixa e equivalentes de caixa	5	87	22	861	88	Obrigações sociais e trabalhistas	15	15.493	23.387	15.506	23.398
Contas a receber de clientes	6	17.498	19.110	17.498	19.110	Fornecedores		5.004	4.477	5.004	4.477
Estoques	7	28.016	27.774	28.016	27.774	Parcelamento CELESC		56.064	53.824	56.064	53.824
Tributos a recuperar	8.a	325	343	325	343	Obrigações fiscais	16.a	63.698	63.057	63.703	63.059
Adiantamento a fornecedores		-	24	-	23	Empréstimos e financiamentos	17.a	35.166	35.433	35.166	35.433
Outras contas a receber		4.580	1.518	3.561	1.171	Debêntures	18	42.320	37.461	42.320	37.461
Despesas do exercício seguinte		277	274	277	274	Obrigações com pessoas ligadas	20	4.134	5.220	4.134	5.220
NÃO CIRCULANTE		123.957	128.610	124.623	129.311	Obrigações com pessoas físicas		945	913	945	913
Realizável a Longo Prazo		5.750	6.635	5.153	5.932	Comissões e royalties a pagar		762	895	762	895
Depósitos judiciais	9.a	453	464	453	491	Outras contas e encargos a pagar		4.249	4.123	4.249	4.123
Créditos com controladas		597	730	-	-	Provisões fiscais	19	112.226	103.717	112.226	103.717
Tributos a recuperar	8.b	1.050	1.541	1.050	1.541	NÃO CIRCULANTE		147.485	148.665	147.888	149.071
Ativos não operacionais	11	3.650	3.900	3.650	3.900	Empréstimos e financiamentos	17.b	111.588	-	111.588	-
Investimentos	12	786	645	-	-	Obrigações com pessoas ligadas	20	-	109.400	-	109.400
Imobilizado	13	115.021	118.850	117.070	120.899	Parcelamento CELESC		-	1.507	-	1.507
Intangível	14	2.400	2.480	2.400	2.480	Tributos federais	16.b	34.033	35.034	34.033	35.037
						Obrigações com pessoas físicas		1.732	2.588	1.732	2.588
						Depósitos judiciais	9.b	132	136	132	136
						Tributos diferidos	10	-	-	403	403
TOTAL DO ATIVO		174.740	177.675	175.161	178.094	PASSIVO A DESCOBERTO	21	(312.806)	(303.497)	(312.806)	(303.497)
						Capital social	21.a	8.186	8.186	8.186	8.186
						Reservas de capital	21.b	9.983	9.983	9.983	9.983
						Reservas de lucros		571	571	571	571
						Reserva de reavaliação		799	799	799	799
						Ajuste de avaliação patrimonial		1.381	1.561	1.381	1.561
						Prejuízos acumulados		(333.726)	(324.597)	(333.726)	(324.597)
						TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		174.740	177.675	175.161	178.094

continua →

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	2018	2017	2018	2017		Explicativa	2018	2017	2018	2017
Receita Operacional Líquida	22	87.063	84.686	87.326	84.949	Resultado antes das Receitas e					
Custo dos Produtos/Serviços	24.a	(63.504)	(59.967)	(63.504)	(59.967)	(Despesas) Financeiras		13.850	170.751	13.881	364.809
Resultado Bruto		23.559	24.719	23.822	24.982	Receitas financeiras		466	576	480	576
(Despesas) Receitas Operacionais		(9.709)	146.032	(9.941)	339.827	Despesas financeiras		(25.665)	(74.518)	(25.665)	(74.518)
Com vendas	24.a	(11.521)	(11.266)	(11.521)	(11.266)	Resultado Financeiro Líquido	24.b	(25.199)	(73.942)	(25.185)	(73.942)
Gerais e administrativas	24.a	(9.584)	(9.738)	(9.675)	(9.840)	Resultado do Exercício antes do Imposto					
Honorários dos administradores	25	(1.887)	(1.818)	(1.887)	(1.818)	de Renda e da Contribuição Social		(11.349)	96.809	(11.304)	290.867
Redução de dívidas		5.321	194.020	5.321	194.020	Contribuição social diferida		(25)	(24)	(42)	(38)
Eventos não recorrentes		6.075	-	6.075	194.020	Imposto de renda diferido		(68)	(68)	(96)	(92)
Outras receitas operacionais		22	15	22	15	Resultado Líquido Atribuível a Não Controladores		-	-	-	-
Efeitos líquidos PERT		1.770	(25.285)	1.770	(25.285)	Resultado Líquido das Operações Continuadas		(11.442)	96.717	(11.442)	290.737
Outras despesas operacionais	24.a	(46)	(19)	(46)	(19)	Quantidade de Ações (Em Mil)	26	4.259	4.259	4.259	4.259
Resultado de equivalência patrimonial	12	141	123	-	-	Resultado Líquido por Ação (em reais)		(2,687)	22,709	(2,687)	68,264
		(9.709)	146.032	(9.941)	339.827						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros		Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Investimentos e capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.186	9.983	37	534	799	1.740	(486.088)	(464.809)
Realização do Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(271)	271	-
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	92	-	92
Compensação PERT	-	-	-	-	-	-	64.503	64.503
Resultado Líquido do Exercício	-	-	37	534	-	-	96.717	96.717
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.186	9.983	-	571	799	1.561	(324.597)	(303.497)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	2.039	2.039
Realização do Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(274)	274	-
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	94	-	94
Resultado Líquido do Exercício	-	-	37	534	-	-	(11.442)	(11.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.186	9.983	-	571	799	1.381	(333.726)	(312.806)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
I - Atividades Operacionais									
Resultado líquido antes do IRPJ/CSLL diferidos	(11.349)	96.809	(11.304)	96.847	- Salários e encargos sociais	(7.894)	(14.702)	(7.895)	(14.695)
Itens que não representam movimentação de caixa					- Obrigações tributárias - circulante e não circulante	8.151	21.950	8.154	21.950
- Depreciações e amortizações	5.232	5.082	5.232	5.082	- Comissões a pagar	(132)	58	(132)	58
- Baixa de impostos diferidos (IRPJ e CSLL)	93	92	93	92	- Outras contas e encargos a pagar	126	3.638	126	3.638
- Provisões para devedores duvidosos	(1.586)	(354)	(1.586)	(354)	- Depósitos judiciais - não circulante	(4)	41	(4)	41
- Ajuste a valor presente	11	(149)	11	(149)	IRPJ/CSLL diferidos do período	(93)	(92)	(138)	(131)
- Equivalência patrimonial/Investimentos em controlada	(141)	(123)	-	-	Caixa líquido proveniente das				
- Efeitos líquidos PERT antes das compensações fiscais	-	25.285	-	25.285	atividades operacionais	3.026	2.790	3.734	2.662
- Acordo redução de dívida	-	(194.020)	-	(194.020)	II - Atividades de Investimentos	(1.034)	(996)	(1.034)	(996)
- Ajuste de exercícios anteriores	2.039	-	2.039	-	Acréscimos de imobilizado	(898)	(713)	(898)	(713)
- Provisão de juros e multas sobre passivos	7.528	59.878	7.530	59.878	Baixas líquidas do imobilizado	138	6	138	6
Geração (utilização) bruta de disponibilidades	1.827	(7.500)	2.015	(7.339)	Acréscimos de intangível	(274)	(298)	(274)	(298)
(Aumento) Redução de ativos operacionais					Baixas líquidas do intangível	-	9	-	9
- Contas a receber - circulante e não circulante	3.188	(1.397)	3.188	(1.397)	III - Atividades de Financiamentos	(1.927)	(1.916)	(1.927)	(1.867)
- Estoques	(532)	526	(532)	526	Varição no parcelamento CELESC	733	2.652	733	2.474
- Outras contas a receber	(2.813)	2.456	(2.142)	2.326	Novos empréstimos e financiamentos bancários	14.170	8.251	14.170	17.102
- Impostos a recuperar	18	56	18	72	Novos empréstimos de pessoa física e jurídica	2.372	-	2.372	1.456
- Despesas do exercício seguinte	(3)	87	(3)	87	Pagamentos de empréstimos e				
- Adiantamento a fornecedores	23	(18)	23	(18)	financiamentos bancários	(16.853)	(10.364)	(16.853)	(20.163)
- Depósitos judiciais - não circulante	13	(56)	38	(57)	Pagamentos de empréstimos pessoa física e jurídica	(2.349)	(2.455)	(2.349)	(2.736)
- Mútuo com controlada - não circulante	133	142	-	-	IV - Aumento (Redução) do Caixa e				
- Impostos a recuperar - não circulante	491	476	491	476	Equivalentes de Caixa	65	(122)	773	(250)
Aumento (Redução) de passivos operacionais	3.119	2.882	3.872	2.793	V - Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	22	861	88	338
- Fornecedores	527	(2.875)	527	(2.875)	VI - Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	87	739	861	88

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
I - Receitas	120.729	112.529	121.029	112.829	Pessoal	27.291	26.894	27.366	26.966
Receitas de vendas e serviços	113.067	112.164	113.367	112.464	Remuneração Direta	24.100	23.850	24.171	23.918
Outras receitas	6.075	11	6.075	11	Benefícios	1.708	1.567	1.708	1.571
Provisão para devedores duvidosos	1.587	354	1.587	354	FGTS	1.483	1.477	1.487	1.477
II - Bens e serviços adquiridos de terceiros (a)	(47.360)	(42.649)	(47.360)	(42.649)	Impostos, taxas e contribuições (b)	29.931	32.191	29.985	32.296
Insumos adquiridos de terceiros	(21.082)	(18.848)	(21.082)	(18.848)	Federais	15.050	17.014	15.093	17.095
Materiais, energia, serviços de terceiros, comunicação e água	(26.339)	(23.432)	(26.339)	(23.432)	Estaduais	14.330	14.638	14.330	14.638
Outros gastos de produção	61	(369)	61	(369)	Municipais	551	539	562	563
III - Valor adicionado bruto (I - II)	73.369	69.880	73.669	70.180	Remuneração de capitais de terceiros (c)	25.814	74.686	25.814	74.686
IV - Retenções	(5.232)	(5.082)	(5.232)	(5.082)	Juros	25.664	74.518	25.664	74.518
Depreciação e amortizações	(5.232)	(5.082)	(5.232)	(5.082)	Aluguéis	150	168	150	168
V - Valor adicionado líquido (III - IV)	68.137	64.798	68.437	65.098	Remuneração de capitais próprios	(11.442)	96.717	(11.442)	96.717
VI - Valor adicionado recebido em transferência	7.719	200.648	7.592	200.525	Resultado do exercício	(11.442)	96.717	(11.442)	96.717
Ganhos de capital	21	4	21	4	Outros	4.262	34.958	4.262	34.958
Resultado de equivalência patrimonial	141	123	-	-	Perdas de capital	116	18	116	18
Descontos PERT	1.770	5.925	1.770	5.925	Comissões/royalties	4.146	3.731	4.146	3.731
Ajuste/redução dívida	5.321	194.020	5.321	194.020	Despesas com PERT	-	31.209	-	31.209
Receitas financeiras	466	576	480	576	(a) exclui pessoal, impostos e quotas de depreciação e amortizações;				
Valor adicionado total a distribuir	75.856	265.446	76.029	265.623	(b) inclui ICMS, PIS, COFINS, INSS, SESI, SENAI, SEBRAE, ISS, IOF e taxas diversas;				
Distribuição do valor adicionado	75.856	265.446	75.985	265.623	(c) inclui despesas financeiras em geral.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TRRX3 e TRRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC, na Rua do Centenário nº 215. Conforme divulgado em Fato Relevante, no mês de março do ano de 2018, houve alteração no controle acionário da Companhia. Em decorrência disso, as ações ordinárias da Companhia foram objeto de Oferta Pública registrada na CVM em 04 de outubro de 2018 sob o nº CVM/SRE/OPA/ALI/2018/003, tendo a B3 autorizado a realização da operação em seu Sistema Eletrônico de Negociação em 03 de outubro de 2018. O encerramento da OPA aconteceu no mês de novembro de 2018. Continuidade operacional: A companhia apurou prejuízos no ano de 2018, no montante de R\$ 11.442, sendo que o saldo de prejuízos acumulados em 2018 é de R\$ 333.726 (R\$ 324.597 em dezembro de 2017). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 333.726.

não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: **i) Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras. **ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **d) Caixa e equivalentes de caixa: i) Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor; **ii) Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa. **e) Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente. **f) Estoques:** Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques. **g) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado. **ii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação

do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. **iii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **h) Ativo intangível: i) Reconhecimento e mensuração:** A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **ii) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído de uma amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **i) Redução ao valor recuperável (Impairment): i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **k) Receita operacional - venda de produtos:** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. **l) Receitas e despesas financeiras:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

n) Apresentação dos segmentos operacionais: As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. **4. Normas, Interpretações e Revisões de Normas Vigentes e não Vigentes ao ano de 2018:** A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB: a) Normas aplicáveis a partir de 2018: a. IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 - introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. i. Este IFRS não produz efeitos nos demonstrativos da Companhia. b. IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014 - tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações referentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixa decorrentes de um contrato com cliente. i. Esta norma foi aplicada e seus efeitos estão descritos na Nota 23. b) Norma aplicável a partir de 2019: A Companhia não sofrerá impacto nas posições patrimoniais e de resultados por conta da aplicação das novas normas. a. IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. i. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	11	7	11	7
Bancos conta movimento	65	10	839	76
Aplicações financeiras	11	5	11	5
Total	87	22	861	88

	31 de dezembro de	
	2018	2017
a) Controladora e Consolidado:		
Clientes	27.662	28.548
(-) Provisão para perdas	(7.652)	(9.238)
(-) Receitas não realizadas IFRS 15	(2.302)	-
(-) Ajuste a valor presente	(210)	(200)
Total	17.498	19.110

Prazo	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
0 - 30 dias	583	6,7%	6.209	32,7%
31 - 60 dias	34	0,4%	3.810	20,1%
61 - 90 dias	44	0,5%	2.309	12,2%
Acima de 90 dias	8.037	92,4%	6.636	35,0%
Total	8.698	100%	18.964	100%

	31 de dezembro de	
	2018	2017
a) Controladora e Consolidado:		
Produtos acabados	12.505	11.483
Produtos em elaboração	8.835	7.978
Materiais diretos	3.763	4.105
Materiais de consumo	1.962	2.738
Importação em andamento	951	1.470
Total	28.016	27.774

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas relevantes sobre os saldos finais de estoques. As perdas esperadas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

8. Tributos a Recuperar - Controladora e Consolidado:

	31 de dezembro de	
	2018	2017
a) Circulante		
IPI	10	10
ICMS	172	188
PIS/COFINS	130	145
Outros	13	-
Total	325	343
b) Não circulante		
COFINS (multa)	293	549
PIS/COFINS	632	750
ICMS	125	242
Total	1.050	1.541

9. Depósitos Judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	2017	31 de dezembro de 2018	2017
a) Ativo não circulante				
Marinha Mercante	295	295	295	295
Processos trabalhistas	132	136	132	136
IRPJ	-	-	-	26
Outros	26	33	26	34
Total	453	464	453	491
b) Passivo não circulante				
Controladora e Consolidado				
Processos trabalhistas	132	136	132	136
Total	132	136	132	136

10. Tributos Diferidos: A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL constituídos sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado. Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2018, a situação na **Controladora** era a seguinte:

12. Investimentos: a) Participação em controlada: Renauxview Ltda.:

	Quantidade		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
RenauxView Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	786	645	141	123

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda. As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações		
	31 de dezembro de 2018	2017	31 de dezembro de 2018	2017	
Renauxview Ltda.	1.616	1.079	-	-	
		Receitas		Despesas	
		31 de dezembro de 2018	2017	31 de dezembro de 2018	2017
Renauxview Ltda.		-	-	300	300

	31 de dezembro de	
	2018	2017
a) Tributos diferidos Ativos		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	523	591
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	188	213
Subtotal	711	804
b) Tributos diferidos Passivos		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(523)	(591)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(188)	(213)
Subtotal	(711)	(804)
Líquido de Realização	-	-

No ano de 2018 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de (R\$ 93 mil) referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controlada também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 de dezembro de 2018, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	31 de dezembro de	
	2018	2017
a) Tributos diferidos Ativos		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	523	591
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	188	213
Subtotal	711	804
b) Tributos diferidos Passivos		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(819)	(887)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(295)	(320)
Subtotal	(1.114)	(1.207)
Líquido de Realização	(403)	(403)

11. Ativos não Utilizados na Atividade Operacional - Realizável a Longo Prazo: Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 31 de dezembro de 2018 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.650 mil (31/12/2017 - R\$ 3.900 mil).

	Transf. p/imob.	
	31/12/2017	31/12/2018
Máquinas e equipamentos	3.900	(250)
Total	3.900	(250)

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade. **13. Imobilizado:** A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo à Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Depreciação				
Custo				
Acumulada	-	-	-	-
Líquido	54.027	54.027	56.076	56.076
33.061	(2.361)	30.700	31.455	30.700
74.643	(47.131)	27.512	30.273	30.273
Veículos	1.087	273	307	307
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10.046	1.734	1.840	1.734
Outras Imobilizações	2.083	(1.628)	455	588
Imobilizado em andamento	30	-	360	360
Adiantamento a fornecedores	290	-	290	-
Total	175.267	(60.246)	115.021	118.850
Taxas médias de depreciação/amortização				
Terrenos				0,0%
Imóveis				2,5%
Máquinas de Grande Porte				10,0%
Veículos				20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais				10,0%
Outras Imobilizações				20,0%
Direitos de Uso				20,0%

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Terrenos	54.027	-	-	54.027
Imóveis	33.036	7	-	18
Máquinas de Grande Porte	74.134	308	(29)	231
Veículos	1.038	49	-	-
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.548	248	(20)	270
Outras Imobilizações	2.074	65	(56)	-
Imobilizado em andamento	360	194	(6)	(519)
Adiantamento a fornecedores	-	317	(27)	-
Total	174.217	1.188	(138)	-

13.1. Movimentação do custo corrigido - Controladora:

	Controladora			
	31/12/17	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	54.027	-	-	-
Imóveis	33.036	7	-	18
Máquinas de Grande Porte	74.134	308	(29)	231
Veículos	1.038	49	-	-
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.548	248	(20)	270
Outras Imobilizações	2.074	65	(56)	-
Imobilizado em andamento	360	194	(6)	(519)
Adiantamento a fornecedores	-	317	(27)	-
Total	174.217	1.188	(138)	-

13.2. Movimentação da depreciação acumulada - Controladora:

	Controladora				
	31/12/17	Adições	Baixas	Transferências	31/12/18
Imóveis	(1.581)	(780)	-	-	(2.361)
Máquinas de Grande Porte	(43.861)	(3.270)	-	-	(47.131)
Veículos	(731)	(83)	-	-	(814)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(7.708)	(631)	27	-	(8.312)
Outras Imobilizações	(1.486)	(197)	55	-	(1.628)
Total	(55.367)	(4.961)	82	-	(60.246)

14. Intangível - Controladora e Consolidado:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/18		31/12/17	
	Depreciação		Líquido	
	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	2.023	(1.400)	623	703
Software em Andamento	1.777	-	1.777	1.777
Total	3.800	(1.400)	2.400	2.480

14.1. Movimentação do custo corrigido:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/17	Adições	Baixas	Transferências	31/12/18
Direitos de Uso	1.750	273	-	-	2.023
Software em Andamento	1.777	-	-	-	1.777
Total	3.527	273	-	-	3.800

14.2. Movimentação da amortização acumulada:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/17	Adições	Baixas	Transferências	31/12/18
Direitos de Uso	(1.046)	(373)	19	-	(1.400)
Total	(1.046)	(373)	19	-	(1.400)

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/01/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	875	877	877	879
Provisão para férias	2.501	2.467	2.509	2.474
INSS e CPRB	1.158	8.552	1.160	8.554
INSS (em compensação MP 470)	8.514	8.265	8.514	8.265
FGTS	214	402	215	402
FGTS parcelado	38	173	38	173
Salário educação - FNDE	130	285	130	285
SESI	78	171	78	171
SEBRAE	31	68	31	68
SENAI	249	252	249	252
Parcelamento - Leis 11.941/09	1.667	1.838	1.667	1.838
Outros	38	37	38	37
Total	15.493	23.387	15.506	23.398

16. Obrigações Fiscais:**a) Circulante**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	508	243	508	243
ICMS parcelamento	962	701	962	701
ICMS - PRODEC	34.138	33.493	34.138	33.493
IPTU	10.485	8.844	10.485	8.844
ISS retido	13	11	13	11
IRRF	2.473	1.035	2.473	1.035
PIS/COFINS (comp. MP 470)	7.507	7.287	7.507	7.289
PIS/COFINS/CSLL	16	8	21	8
Parcel. Ordinário CPRB RFB	1.366	-	1.366	-
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	157	-	157	-
Parcel. Previdenciário PGFN	199	-	199	-
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	798	762	798	762
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	1.222	2.470	1.222	2.470
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	3.681	7.429	3.681	7.429
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	676	757	676	773
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	16	17	16	17
(-) Tributos Receita não Realizada IFRS 15	(519)	-	(519)	-
Total	63.698	63.057	63.703	63.075

Parcelamento

	Parcelas		Início		Fim	
	Parcelas	Início	Parcelas	Início	Parcelas	Fim
Parcel. Ordinário CPRB RFB	145	ago/17	145	ago/17	145	jan/30
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	out/18	60	out/18	60	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	60	out/18	60	out/18	60	set/23
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	145	ago/17	145	ago/17	145	jan/30
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	24	ago/17	24	ago/17	24	jul/19
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	24	ago/17	24	ago/17	24	jul/19
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	180	nov/09	180	nov/09	180	out/24
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	180	ago/14	180	ago/14	180	dez/29

Índice de atualização: SELIC

b) Não Circulante - Controladora e Consolidado - Parcelamentos de Tributos Federais:

	31/12/2018		31/12/2017		Parcelas	Início	Fim
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			
Lei 11941/09 PGFN	3.325	3.838	180	nov/09	180	nov/09	out/24
Lei 11941/09 SESI/SENAI	537	624	180	nov/09	180	nov/09	out/24
Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	269	284	180	ago/14	180	ago/14	dez/29
Lei 12.996/14 - PREVIDENC. PGFN	15.151	15.947	180	ago/14	180	ago/14	dez/29
Lei 12.996/14 - OUTROS PGFN	154	162	180	ago/14	180	ago/14	dez/29
Adicional SENAI	63	84	60	mai/17	60	mai/17	abr/22
Lei 13.496/17 PGFN	8.044	8.321	145	ago/17	145	ago/17	jan/30
Ordinário CPRB RFB	5.121	-	60	out/18	60	out/18	set/23
Previdenciário Simplif. RFB	589	-	60	out/18	60	out/18	set/23
Previdenciário PGFN	780	-	60	dez/18	60	dez/18	nov/23
Lei 13.496/17 Previd. RFB	-	1.441	24	ago/17	24	ago/17	jul/19
Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	-	4.333	24	ago/17	24	ago/17	jul/19
Total	34.033	35.034					

Índice de atualização: SELIC

17. Empréstimos e Financiamentos - Controladora e Consolidado:

	31/12/2018	31/12/2017
a) Circulante:		
* Badesco - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	13.410	17.591
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	13.410	17.591
Banco Daycoval	7.309	6.954
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,53% a.m.	6.455	6.954
EGF - juros de 8,5% a.a.	854	-
Banco Sofisa	6.000	6.000
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,55% a.m.	6.000	6.000
Redasset FIDIC	9	1.355
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,23% a.m.	9	1.355
Banco Safra	3.993	1.639
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,28% a.m.	3.993	1.639
Siccoob	1.078	792
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50% a.m.	1.078	792
Plata FIDIC	310	848
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,19% a.m.	310	848
Creditise FIDIC	81	848
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,15% a.m.	81	848
** D&D Administradora de Bens Ltda.	2.861	-
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	2.861	-
Vencimento final 31/12/2037	-	-
Saldo negativo em contas correntes bancárias	115	254
Total	35.166	35.433

b) Não Circulante:

	31/12/2018	31/12/2017
** D&D Administradora de Bens Ltda.	111.588	-
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	111.588	-
Vencimento final 31/12/2037	-	-
Total	111.588	-

* A redução do valor da dívida com a BADESC se refere ao ajuste feito no cálculo da correção do valor de acordo com sentença de Juízo de 2º Grau proferida na execução em que são partes a Companhia e Credor. Ver Nota Explicativa nº 30 - Eventos Subsequentes. ** Ver nota explicativa 20 que trata da D&D Administradora de Bens Ltda. e nota explicativa nº 30 - Eventos Subsequentes. **18. Debêntures:** Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil. Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários - CVM concedeu o registro da operação. As características das debêntures são: Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00; Vencimento final: 1º de setembro de 2010; Atualização do valor nominal: base no IGP-M; Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue: Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão. Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão. Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão. Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão. Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão. Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005 Remuneração: 0,8355 % ao mês. A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas. Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 42.094 mil (31/12/2017 - R\$ 37.461 mil). Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planer Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo. Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução. Após regular processamento do feito, a execução encontra-se em fase de discussão do cálculo do montante atualizado da dívida, em razão da divergência de interpretação da sentença pelas partes. A atualização está sendo calculada de acordo com a sentença segundo entendimento da Companhia, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M. Para evitar-se quaisquer atos de constrição dos bens penhorados, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento o qual foi julgado procedente em 12 de novembro de 2018, sendo que o acórdão ainda não foi publicado nos autos. Sendo assim, as partes deverão se manifestar no sentido de sanar as divergências a respeito do cálculo do montante da dívida atualizado. Ver Nota Explicativa nº 30 - Eventos Subsequentes. **19. Provisões Fiscais e Contingências:** A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 112.226 mil (31/12/2017 - R\$ 103.717 mil). **19.1. Perda possível:** De acordo com os valores das contingências constituídas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	55.805	31.944
Trabalhistas	1.239	1.897
Cíveis	301	211
Total	57.345	34.052

a) Tributárias: decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos. **b) Trabalhistas:** decorre de reclamações de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas, supostamente pagas a menor pela Companhia. **c) Cíveis:** decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido. **20. Obrigações com Pessoas Ligadas - Controladora e Consolidado:** Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Pessoas Físicas	4.134	2.412	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,52% a.m. Vencimentos até 15/11/2019	4.134	2.412	-	-
* D&D Administradora de Bens Ltda.	-	2.808	-	109.400
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	-	2.808	-	109.400
Total	4.134	5.220	-	109.400

No mês de abril do ano de 2017 a D&D Administradora de Bens Ltda. comunicou à Companhia que os créditos por ela adquiridos de terceiros e posteriormente cedidos, voltaram a ser de sua propriedade, e no mês de agosto concluiu-se a renegociação destes créditos, num acordo entre a Companhia e a D&D. Pelo acordo formalizado, as partes ajustaram uma redução no montante dos Créditos para um valor atual de R\$ 111.827.753,48, representando uma diminuição de passivos registrados pela Companhia no montante de R\$ 194.020.201,34, ou seja, 63%. O pagamento dos Créditos pela Companhia se dará da seguinte forma: (a) 50% do referido valor em 240 parcelas mensais e iguais, corrigidas pelo INPC, vencendo a primeira no dia 31 de janeiro de 2018; e, (b) os 50% restantes do valor em parcela única, corrigida pelo INPC, com vencimento ao final do pagamento das 240 parcelas citadas na letra anterior. As partes pactuaram que o adimplemento regular das 240 parcelas citadas na letra "a" acima implicará na dispensa de pagamento da parcela citada na letra "b" pela Companhia. No mês de março de 2018, conforme fato relevante divulgado em 10/03/2018, a D&D

Administradora de Bens Ltda. alienou a totalidade das ações de emissão que Companhia até então detidas por ela. A partir desta data, portanto, a D&D Administradora de Bens Ltda. deixa de ser considerada Pessoa Ligada e os débitos foram transferidos para a conta de Empréstimos e Financiamentos. * Ver Nota Explicativa nº 30 - Eventos Subsequentes. **21. Passivo a Descoberto:** **a) Capital social:** O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal. **b) Reserva de Incentivos fiscais:** Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

22. Receita Operacional Líquida:

Receita de Vendas e Serviços

Vendas mercado externo	114.059	112.999	114.059	112.999
Vendas mercado interno	1.959	975	1.959	975
Serviços mercado interno	104	626	404	926
Efeito adoção Inicial IRFS 15	582	-	582	-
Receita Operacional Bruta	116.704	114.600	117.004	114.900
Deduções da receita bruta	(29.641)	(29.914)	(29.678)	(29.950)
Receita Operacional Líquida	87.063	84.686	87.326	84.950

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vendas mercado externo	114.059	112.999	114.059	112.999
Vendas mercado interno	1.959	975	1.959	975
Serviços mercado interno	104	626	404	926
Efeito adoção Inicial IRFS 15	582	-	582	-
Receita Operacional Bruta	116.704	114.600	117.004	114.900
Deduções da receita bruta	(29.641)	(29.914)	(29.678)	(29.950)
Receita Operacional Líquida	87.063	84.686	87.326	84.950

23. Adoção Inicial IFRS 15: Assim, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, com efeito de adoção inicial das normas reconhecidas na data da aplicação inicial. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30/IAS 18 e CPC 38/IAS 39. A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre os prejuízos acumulados (os impactos relativos aos efeitos de 31/12/2017 foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores), bem como no resultado do exercício:

	31/12/2017	31/12/2018	Efeito líquido no resultado
Receita	2.884	2.302	582
Custos	(1.511)	(1.405)	(106)
Tributo ICMS	(385)	(306)	(79)
Tributos PIS/COFINS	(267)	(213)	(54)
Comissões	(71)	(49)	(22)
Efeito líquido	650	329	321

24. Custos, Despesas e Resultado Financeiro por Natureza: Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	a) Custos e despesas - Controladora:	
	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	27.909	27.264
Matérias primas e embalagens	19.132	17.105
Energia elétrica	9.663	8.963
Gastos gerais de fabricação	8.922	8.234
Comissões representantes	3.470	3.525
Fretes	1.204	1.108
Propaganda e promoção de vendas	543	546
Serviços de terceiros	5.791	5.026
Depreciação e amortizações	5.232	5.082
Outros custos e despesas	2.789	4.137
Total	84.655	80.990
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	63.504	59.967
Despesas com vendas	11.521	11.266
Gerais e administrativas	9.584	9.738
Outras despesas operacionais	46	19
Total	84.655	80.990

b) Resultado financeiro - Controladora:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Juros recebidos	154	114
Varição cambial ativa	285	457
Outras receitas	27	5
Total da receita financeira	466	576
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(10.095)	(42.509)
Encargos sobre debêntures	(4.859)	(19.223)
Encargos sobre tributos	(9.556)	(9.625)
Encargos sobre demais contas	(749)	(2.711)
Varição cambial passiva	(55)	(315)
Outras despesas financeiras	(351)	(135)
Total da despesa financeira	25.665	(74.518)
Resultado financeiro líquido	(25.199)	(73.942)

25. Honorários da Administração e Conselho Fiscal: No ano de 2018 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.887 mil (2017 - R\$ 1.818 mil), sendo a distribuição por órgão: a) Conselho de Administração: 68 mil; b) Diretoria: 1.478 mil; c) Conselho Fiscal: 341 mil. **26. Resultado por Ação:** O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas		
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(7.530)	63.654
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	(3.911)	33.063
Total	(11.442)	96.717
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.456
Total	4.259	4.259

27. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros:

i) Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o

objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	861	88
Contas a receber de clientes	17.498	19.110
Outras contas a receber	3.561	1.171
Total	21.920	20.369

• **Exposição a riscos de créditos - Consolidado:** O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	861	88
Contas a receber de clientes	17.498	19.110
Outras contas a receber	3.561	1.171
Total	21.920	20.369

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas "Com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Estimativa de perdas em clientes" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício. • **Garantias:** A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso. • **Risco de taxa de juros - Consolidado:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	146.754	35.433
Obrigações com pessoas ligadas	-	112.208
Total	146.754	147.641

• **Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima. • **Risco de liquidez:** Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. • **Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. • **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentárias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa

de criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. **ii) Instrumentos financeiros - valor justo consolidado:** O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes: Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	861	861	88	88
Cientes e outras contas a receber	21.059	21.059	20.281	20.281
Empréstimos e financiamentos	(146.754)	(146.754)	(35.433)	(35.433)
Fornecedores e outras contas a pagar	(10.960)	(10.960)	(10.408)	(10.408)
Obrigações com pessoas ligadas	(4.134)	(4.134)	(112.208)	(112.208)

• **Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:** Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. • **Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:** São classificados como passivos

financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas. **28. Programa Especial de Regularização Tributária - PERT:** No mês de agosto/17 a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Secretaria da Receita Federal - RFB: a) Demais Débitos: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em dezembro de 2018. b) Débitos Previdenciários: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em agosto de 2018. Na PGFN. c) Demais Débitos - que eram inferiores a R\$ 15 milhões, a Companhia pode se beneficiar de compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL e descontos de multas, juros e honorários. A consolidação aconteceu em janeiro de 2018. d) Débitos Previdenciários a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017. No ano foi efetuada por parte da Receita Federal a consolidação destes débitos, sendo verificada assim uma divergência para o cálculo da Companhia no valor R\$ 2.039. Tais efeitos, positivos (o cálculo da RFB ficou a menor), foi reconhecido como ajustes de exercícios anteriores.

não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **30. Eventos Subsequentes - Plano de Recuperação Extrajudicial:** Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE"), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral. A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2019. O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2006, e não envolve fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

Credor	Classe	Valor
Agência de Fomento do Estado de SC S/A - Badesc	Garantia Real	13.545.981,10
D&D Administradora de Bens Ltda.	Garantia Real	44.318.031,66
Planner Corretora de Valores S/A (Agente Debêntures)	Quirografários	42.581.952,94
Vladimir Estanislau Walendowsky	Quirografários	2.607.717,10
D&D Administradora de Bens Ltda.	Quirografários	70.213.890,18
Total		173.267.572,98

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no próprio Plano. As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente. **31. Declaração dos Diretores:** Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018. Brusque, 21 de março de 2019

Tipos de Tributos

	Valor Adesão	Descontos	BNCSLL/PF	2017	2018	2019	a partir 2020
Demais Débitos RFB	54.794	-	41.643	4.422	5.356	3.372	-
Débitos Previd. RFB	20.617	-	15.669	1.714	2.093	1.141	-
Demais Débitos PGFN	2.911	1.132	1.633	146	-	-	-
Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	736	7.365
Total	95.353	5.925	58.945	9.688	8.180	5.250	7.365

29. Cobertura de Seguros: A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco

Quitação

Compensação	Pagamento em espécie			
	2017	2018	2019	a partir 2020
BNCSLL/PF	4.422	5.356	3.372	-
2017	1.714	2.093	1.141	-
2018	146	-	-	-
2019	3.406	731	736	7.365
Total	9.688	8.180	5.250	7.365

para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza,

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Cesar Hess de Souza - Presidente
Heitor Rodolfo de Souza - Conselheiro
Jair Pacheco - Conselheiro

DIRETORIA

Armando Cesar Hess de Souza - Presidente
Marcio Luiz Bertoldi - Diretor de Relações com Investidores
Contadora: Marta Castelli - CRC SC 023.517/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL - (Extraído da Ata de Reunião do Conselho Fiscal de 21 de março de 2019)

i) O Conselho Fiscal Têxtil Renauxview S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2019. ii) Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Next Auditores Independentes, datado de 20 de março de 2019, emitido sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

André Urbainski

Cláudia Andonini Peluso

Srs. Conselheiros Fiscais:
Darci Debastiani

Hélio da Silva

Marcello Joaquim Pacheco

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Illmos. Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da **TÊXTEL RENAUXVIEW S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TÊXTEL RENAUXVIEW S/A ("COMPANHIA"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código

de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade Operacional:** Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da Companhia continuar em operação no futuro previsível, que é o período mínimo de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras. Consideramos como principal assunto de auditoria devido a Companhia ter preparado suas demonstrações com o pressuposto de continuidade operacional, apesar de vir obtendo sucessivos prejuízos até o exercício de 2018, exceção apenas verifica no exercício de 2017, onde lucro líquido apurado decorre da renegociação de sua maior dívida, conforme detalhado na nota explicativa no 20. Não obstante, as informações financeiras apontam a existência de um passivo a descoberto na ordem de R\$ 313 milhões (R\$ 303 milhões em 2017). **Resposta da audi-**

toria ao assunto: Nossos procedimentos de auditoria para confirmação da utilização do pressuposto da continuidade utilizado pela administração da Companhia incluíram, entre outros: • Revisão e discussão com os administradores da avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia; • Avaliação de possível existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela Companhia relacionada com esse assunto, presente na nota explicativa nº 01 e 30 que tratam da "Continuidade Operacional" e "Plano de Recuperação Extrajudicial". Nesse contexto, entendemos que a continuidade das atividades operacionais depende do êxito destes projetos ou de novos aportes de capital. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto. **Impairment dos ativos imobilizados:** Em 31 de dezembro de 2018, os ativos imobilizados apresentados nas demonstrações financeiras totalizaram um valor de R\$ 117 milhões de reais, sendo que detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável destes ativos estão descritos nas Notas "3.g) Imobilizado", "3.i.ii) Ativos não financeiros" e "13 - Imobilizado" às demonstrações financeiras. Consideramos o *impairment* dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude de seus saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos e relativo grau de

subjetividade, que por sua vez consideram premissas e taxas de descontos que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a execução de testes sobre o laudo de avaliação dos ativos e das premissas utilizadas pelos profissionais contratados pela **Companhia**. Consideramos assim que as contabilizações efetuadas e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com documentos e informações obtidos em nossos procedimentos de auditoria. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Companhia**, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da **Companhia**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da **Companhia** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia** e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia** e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia** e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau-SC, 21 de março de 2019



NEXT AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SC 8.765/O-4
Eduard Claus Morsch - Sócio Responsável
Contador - CRC-SC 029.522/O-0